

Veículo: O Liberal

Caderno/Coluna: Painel

Assunto: Mulheres recebem homenagem na AL

Data: Segunda-feira, 08 de março de 1999

Mulheres recebem homenagem na AL

Atual legislatura tem a maior bancada feminina, com sete deputadas

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que transcorre hoje, a Assembleia Legislativa vai dedicar parte do tempo da sessão para debater em plenário a importância das mulheres na sociedade. A sessão especial foi requerida pela deputada Araceli Lemos (PT) e contou com o apoio de todos os parlamentares.

Nos últimos anos, a bancada feminina vem crescendo e ganhando mais espaço na AL. Na legislatura passada, eram seis deputadas. Na atual, são sete, sendo que o PT, pela primeira vez, conseguiu eleger duas mulheres para o parlamento estadual: além de Araceli, Maria do Carmo. Junto com Sandra Batista (PC do B), elas ajudam a fazer oposição ao governo. Ainda compõem a "bancada do batom" as tucanas Elza Miranda e Lourdes Lima, líder do PSDB, Rosa Hage (PPB) - essas três últimas se reelegeram - e Cristina Mutran (PMDB).

O Dia Internacional da Mulher já vem sendo lembrado pela Assembleia Legislativa há duas semanas, não apenas pelas deputadas, mas também pelos deputados, que por diversas vezes rasgaram elogios ao avanço e desempenho da mulher na vida política, social, econômica e cultural do País, como fizeram questão de frisar Faisal Salmen (PSDB), Mário Cardoso (PT) e Bira Barbosa (PMDB).

No dia 1º deste mês, o líder do PL, deputado Nadir Neves, apresentou requerimento para que já fossem registrados em ata "os nossos mais sinceros votos de louvores e congratulações" pela passagem do Dia Internacional da Mulher. É que na opinião dele, "com a

evolução sofrida no mundo, as mulheres tomaram rumo e despontaram no processo decisivo mundial".

Não é para menos, acrescentou o deputado, que atualmente é comum ver o tão propalado "sexo frágil" exercendo a presidência de empresas importantes e de grande porte ou exercendo cargos de ministras, deputadas, senadoras, governadoras e prefeitas. "Por certo, chegaremos, dentro em breve, a ter uma mulher na Presidência do Brasil", aposta Nadir Neves. Tomara, diria a mulherada.

Para o líder do PPB, deputado Antenor Bararu, as sete mulheres eleitas e reeleitas para o parlamento estadual "representam o verdadeiro símbolo da mulher brasileira, digna, guerreira, valorosa, nunca submissa, que, com suas marcantes presenças nesta Casa, demonstram, com suas ações, que o lamentável período de discriminação da mulher está definitivamente ultrapassado".

Discriminação - As parlamentares só têm a agradecer os elogios, mas Sandra Batista discordar de que a discriminação tenha acabado. Tanto é que ela apresentou requerimento para que a AL envie ofício ao Tribunal de Justiça do Estado (TJE), solicitando que o Judiciário prepare projeto de lei criando o Juizado Especial de Crimes contra a Integridade da Mulher.

O ex-presidente do TJE desembargador Romão Amôdo Neto, falecido no início deste ano, havia assumido compromisso de criar o Juizado. Toda essa preocupação, justifica Sandra Batista, é porque nos últimos três anos,

no Pará, as delegacias especializadas em crimes contra a mulher registraram mais de 60 mil denúncias de crimes, como estupro, lesões corporais, maus-tratos e assassinatos. Apenas 2.048 denúncias foram transformadas em processos judiciais.

Outra discriminação contra a mulher é cometida pelo próprio Legislativo, aponta Araceli Lemos. Na Casa, elas são tratadas verbalmente como "deputadas", mas na carteira de identificação parlamentar e no Regimento Interno são consideradas "deputados". "Todos os documentos, placas, carteiras, crachás, adesivos, entre outros, desta Casa, são formalizados com expressões unicamente masculinas. E isso deve mudar", irrita-se a parlamentar.

Daí, Araceli Lemos ter resolvido apresentar projeto de resolução para mudar a redação do Regimento, incluindo, sempre que necessário, as expressões de gênero masculino e feminino, como "senhor deputado" e "senhora deputada". Mesmo sem intenção, avalia Araceli Lemos, o uso unicamente do gênero masculino pode ser interpretado como discriminatório pelas mulheres "porque tende a ocultar sua presença de fazê-las parecer excepcional ou, ainda, porque veicula estereótipos sexuais".

Vale lembrar, aponta a deputada, que a preocupação de modificar a forma de linguagem já faz parte de várias ações, inclusive no âmbito das Organizações das Nações Unidas (ONU). A Unesco, por exemplo, já chegou a discutir diretrizes para uma linguagem não-sexista.